

ALÉM DA RELIGIÃO*

*Maria das Dores Campos Machado***

Resumo: As investigações realizadas a partir da década de noventa sinalizam mudanças significativas nos movimentos pentecostais em curso na nossa sociedade. Entre as várias tendências identificadas pelos pesquisadores encontram-se a flexibilização dos costumes e da moral, o desenvolvimento de novas estratégias de recrutamento de fiéis, o investimento crescente na mídia eletrônica e a participação na arena política formal de igrejas pentecostais e neopentecostais. Nesse artigo pretendo discutir as conexões e/ou articulações das tendências relacionadas à mídia e à política e sugerir que a filantropia constitui no novo tentáculo das organizações pentecostais para ampliar sua capacidade de influência na esfera pública brasileira.

Palavras-chave: mídia, religião, política

INTRODUÇÃO

Em junho de 1999, como parte das atividades previstas no projeto de pesquisa que vinha desenvolvendo, entrevistei em Brasília vários deputados federais evangélicos. No encontro com o parlamentar Paulo de Velasco, chamou a minha atenção o fato de uma charge do Bispo Edir Macedo servir como objeto de decoração das duas salas que compunham o gabinete. A repetição nos diferentes ambientes da imagem do líder da Igreja Universal do Reino de Deus em pé no púlpito, com uma mão sobre a bíblia e a outra como que sustentando uma televisão me lembrou a atitude daqueles que, temerosos de esquecer alguma missão e/ou compromisso, lançam mão de artifícios que variam do singelo laço de barbante no dedo à agenda eletrônica, como convém aos tempos pós-modernos.

Naquele espaço do poder legislativo, a imagem me lembrou ainda a figura que ilustra a folha de rosto da versão original do livro de Hobbes o *Leviatã*, onde um grande homem com a coroa na cabeça segura numa das mãos a espada e na outra a cruz. No contexto inglês do século XVII, o fato da cruz e da espada encontrarem-se nas mãos de um mesmo homem simbolizava a ruptura com o Papa e a submissão do poder religioso ao poder político – o rei seria também a autoridade máxima da igreja. E como essa analogia poderia nos servir para interpretar o qua-

* Esse trabalho foi apresentado no 27º Encontro do Centro de Estudos Rurais e Urbanos da USP em 25 de maio de 2000.

** Escola de Serviço Social – Universidade Federal do Rio de Janeiro.

dro citado acima? Cruz e espada na mão de um rei, bíblia e televisão na mão de um bispo: mudam-se as armas e os sujeitos que as manipulam, mas parece que a articulação do poder religioso e político permanece como uma das alternativas que os segmentos sociais dispõem para a criação de uma ordem social e política mais favorável aos seus interesses. Assim poderíamos levantar a hipótese de um bispo com pretensões de colocar o poder político a serviço do poder religioso, e particularmente da Igreja Universal do Reino de Deus. Mas vamos por partes.

A mão na bíblia é um recurso simbólico comum e pode ser interpretado como o compromisso com os princípios ou “verdades” ali contidas. Como se a mensagem só pudesse ser lida e/ou compreendida de uma única forma. Já o uso desse recurso juntamente com a televisão que vem do alto e pousa na mão do bispo sugere algo além da simples complementaridade da mídia eletrônica em relação ao livro sagrado no cumprimento da missão evangelizadora. Num gabinete parlamentar aquela imagem, além de evidenciar a importância estratégica dos meios de comunicação eletrônicos para o grupo confessional do deputado, sugeria que o parlamentar deveria atuar de forma sistemática na disputa pelas concessões dos canais de TV e de rádios que ocorrem ou pelo menos são regulamentadas naquela casa.

Religião, política e informação: essa não é uma fórmula original, basta lembrar da produção literária trancafiada nas bibliotecas dos mosteiros europeus na Idade Média. A novidade certamente se encontra na pluralidade dos segmentos religiosos que hoje fazem uso dos modernos meios de comunicação e que querem participar da arena política formal, mas também na maneira como a liderança religiosa e política assume seus novos interesses.

E aqui lembro a discussão de Sloterdijk e os argumentos de Žižek sobre a difusão da “razão cínica” nas sociedades capitalistas contemporâneas. Revendo a clássica fórmula marxista – “disso eles não sabem, mas fazem” – que explicita o processo de fetichização inerente à sociedade capitalista, o primeiro autor propõe que a lógica da fórmula atual deveria ser “eles sabem perfeitamente o que fazem, e no entanto fazem”, retirando a dimensão ilusória das ações humanas no mundo atual. Já Žižek argumenta que “o paradoxo da posição cínica só aparece ao identificarmos a ilusão atuante na própria realidade: “eles sabem muito bem que em sua atividade real pautam-se por uma ilusão, mas mesmo assim, continuam a fazê-lo.” (Žižek, 1992, p. 63)

Transpondo esse debate para o segmento aqui analisado – políticos pentecostais – pergunto a vocês se não poderíamos interpretar as charges do Bispo Macedo, nas paredes de um gabinete no Congresso Nacional, como um sinal de que os representantes políticos da IURD sabem que a “liberdade religiosa” que pauta sua atuação parlamentar dissimula um interesse particular e, no entanto, continuam a se pautar por ela?

Esse tipo de questionamento mais do que uma tentativa de discriminar os líderes pentecostais, deve ser considerado como uma tentativa de situá-los num contexto social e numa cultura política marcada pelos vícios do corporativismo,

das relações clientelísticas e da razão cínica. O exame do entrelaçamento das tendências de participação política, intensificação no uso dos meios de comunicação e investimentos crescentes em trabalhos sociais reforça essa hipótese.

O TRIPE POLÍTICA, MÍDIA E FILANTROPIA

No Brasil, dispomos de uma literatura sobre a entrada dos pentecostais na esfera da política (Freston, 1993; Pierucci, 1989) bem como de alguns estudos sobre o uso eleitoral da mídia (Brasil, 1997). Portanto, tratarei aqui de apresentar alguns dados relativos às tendências identificadas nas igrejas Assembléia de Deus e Universal do Reino de Deus nos últimos anos. Começemos pelo crescimento significativo da bancada política dessa última denominação no Congresso brasileiro e a preocupação dos seus políticos em garantir lugar na comissão permanente de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática instalada naquela casa.

A “politização” da igreja Assembléia de Deus é anterior à da igreja Universal e o número de mandatos cumpridos pelos seus representantes é bem superior ao da segunda denominação. O primeiro representante da AD no Congresso brasileiro foi eleito em 1982 para a legislatura de 1983/1987, portanto cinco anos antes da eleição do deputado federal Roberto Augusto Lopes que integrou o grupo fundador da IURD. Assim, até o momento atual, 26 assembleianos exerceram 45 mandatos, enquanto 16 iurdianos totalizaram 24 mandatos de deputados federais. Entretanto, enquanto a Igreja Universal conseguiu mais do que dobrar seus representantes na eleição de 1998¹, a bancada da AD – que teve nas legislaturas de 1988/1991 e 1992/1995 o seu índice máximo de deputados federais (13) – vem decrescendo gradativamente.²

É sabido que partidos, candidatos e eleitores têm percepções diferenciadas da disputa eleitoral e dos deveres dos representantes no parlamento (Castro, 1992). Quando focalizamos candidatos compromissados com outra organização que não a partidária, nos defrontamos com mais uma possibilidade: a expectativa da estrutura institucional. De qualquer maneira, a forma desigual com que a informação circula na sociedade faz com que os grupos e indivíduos em disputa eleitoral trabalhem pela conquista de adesão política. No caso dos candidatos evangélicos, estudos indicam que a intermediação da liderança religiosa e o discurso persecutório (Mafra, 1999) articulam-se com a pouca informação e envolvimento político dos fiéis facilitando a conquista dos votos dos membros das comunidades religiosas³.

¹ A Universal que teve na legislação anterior seis membros naquela casa, elegeu quatorze parlamentares representando os seguintes Estados da União: Rio de Janeiro (4), São Paulo (3), Bahia (2), Ceará, Rio Grande do Sul, Distrito Federal, Pernambuco e Paraná (1).

² Nos pleitos de 1994 e 1998 foram eleitos 10 e 7 candidatos dessa denominação, respectivamente.

³ Estudos na Argentina demonstram que também naquele país a teoria da conspiração, e mais especificamente, a idéia de um complô católico foi fundamental na construção de um discurso a favor da unidade política dos evangélicos (Matt Marostica, 1999; Hilário Wyncarczyk, 1999).

Em várias denominações o lançamento da candidatura de pastores ou membros da hierarquia parece ser um recurso recorrente para a transferência da influência religiosa para a esfera política (Piquet, 1998). Facilita não só a identificação dos eleitores com os candidatos, como também, a defesa dos interesses da estrutura hierárquica nos diferentes níveis de poder político.

No caso específico da IURD, o uso da Associação Beneficente Cristã como trampolim para os candidatos aos cargos políticos, expressa claramente a reprodução do modelo clientelista de relação entre eleitor-candidato. Da distribuição de cestas básicas ao fornecimento de orientações jurídicas, passando pela doação de contraceptivos, esse braço social da igreja tem sido um importante espaço de atuação dos que se lançaram nas disputas eleitorais. Uma vez eleitos, esses representantes persistem com a lógica clientelista que os elegeu, transferindo para seus gabinetes a troca de favores.

Mas antes de abordar os investimentos no campo da ação social queria chamar a atenção para a composição da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática na Assembléia Legislativa, que responde pelo exame dos projetos de leis relacionados à mídia.⁴ Dos cinquenta e um titulares da atual CCTCI da Câmara Federal, treze são evangélicos (26%): 9 são filiados a IURD, dois à Assembléia de Deus, um é ligado à CBB e outro à Igreja Batista Renovada. Como mostra a literatura especializada (Piquet, 1998; Brasil, 1997) a interseção entre os políticos evangélicos e os meios de comunicação no Brasil é anterior aos anos noventa⁵ e o crescente interesse dos parlamentares com essa identidade religiosa pela CCTCI é o resultado da assimilação da mídia eletrônica como um meio legítimo de evangelização pelos grupos pentecostais presentes na arena política.⁶

As entrevistas realizadas com parlamentares da Assembléia de Deus, Igreja Batista Renovada e da CBB revelaram a grande preocupação dos mesmos com o crescimento do número de representantes da Igreja Universal naquela comissão e, no legislativo de uma maneira mais geral, bem como as alianças que estão sendo tecidas com o objetivo de atenuar o desequilíbrio de forças hoje existentes entre os grupos evangélicos. Esse movimento deixa claro que a despeito da ousa-

⁴ São eles: Luiz Moreira (BA), Jorge Pinheiro (DF), Jorge Wilson (RJ), Marcos de Jesus (PE), Paulo Gouveia (RS), Oliveira Filho (PR), Wagner Salustino (SP), Almeida De Jesus (CE), Bispo Wanderval (SP); Silas Câmara (AM), Mattos Nascimento (RJ), Arolde de Oliveira (RJ) e Walter Pinheiro (BA). Entre os suplentes identificamos mais dois membros da IURD – Aldir Cabral (RJ) e Bispo Rodrigues (RJ) – e um da Batista Renovada – Magno Malta (ES).

⁵ Na constituinte de 1988 participaram da subcomissão de Comunicação Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática os seguintes evangélicos: Arolde de Oliveira (CBB), Fausto Rocha (CBB), Roberto Augusto (IURD) e Roberto Vital (CBN).

⁶ Na última legislatura a preferência dos evangélicos pela CCTCI já podia ser percebida: dos setenta e três (73) componentes dessa comissão, nove (9 ou 36%) eram evangélicos. (Piquet, 1998)

dia e da maior agressividade dos representantes atuais da IURD, essa não é a única denominação pentecostal com pretensões de ampliar sua participação no mundo da informação.

Só para ilustrar a importância dessa problemática entre os pentecostais, lembro que em um levantamento realizado entre setembro de 1996 e outubro de 1997 no jornal *Mensageiro da Paz*, pertencente à igreja Assembléia de Deus, constatei que o tema da mídia ocupou 46% da área monitorada naquele periódico. De forma mais específica, diria que esse índice demonstra o esforço do grupo hegemônico da Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil, entidade que até bem recentemente condenava o uso da mídia televisiva, em socializar a revisão de suas estratégias e orientações através de seus outros meios de comunicação.

Com o título “Alcançando vidas através da TV”, a matéria de capa do exemplar n. 1317 de 01/12/96 do *Jornal Mensageiro da Paz*, exemplifica bem essa tentativa de sensibilização dos assembleianos para a importância da mídia eletrônica.

“Eu entendo que, no início, nossos pastores e pioneiros, quando chegaram ao Brasil para evangelizar, descobriram que o melhor local era a praça da cidade. Ali todo mundo se reunia no domingo à tarde para ficar brincando e conversando. Mas o mundo evoluiu e hoje a praça está vazia. Todo mundo está dentro de casa, assistindo a televisão. A praça mudou de local e estamos fazendo apenas um ajuste de meio, mas para continuar atingindo as pessoas com o mesmo fim: levar a mensagem do evangelho. Hoje a TV é a praça de antigamente”. (Ronaldo Rodrigues de Souza, Diretor da Casa publicadora das Assembleias de Deus, *Mensageiro da Paz*, dezembro de 1996, p. 4)

Investindo no “*potencial evangelístico da TV*” o grupo hegemônico das Assembleias de Deus parece querer refrear o poder da Igreja Universal do Reino de Deus que tem na mídia eletrônica um dos seus principais instrumentos para a expansão da denominação. Trechos da matéria acima, justificando o lançamento do programa televisivo *Movimento Pentecostal*, não deixam dúvidas quanto a importância da competição religiosa no interior do próprio pentecostalismo. Apresentado pelo Presidente da CGADB, esse programa tem como objetivo:

“Mostrar quem é realmente a Assembléia de Deus. Hoje em dia, há muita gente falando em nome dos pentecostais, quando na verdade, a AD faz parte da origem do movimento pentecostal no Brasil... Mostrar a história de nossa igreja, até mesmo para não ser confundida com outros movimentos que possam prejudicar a AD”.

Como resultado ou expressão dessa competição religiosa temos por um lado a multiplicação de programas transmitidos nos canais comerciais e a expansão da Rede Boas Novas de empresários e políticos nortistas ligados à Assembléia

de Deus, por outro a estratégia diversificada da Igreja Universal do Reino de Deus que, através dos seus bispos e representantes políticos⁷, investe em outra rede de televisão com o sugestivo nome de Rede Família (São Paulo – TV Limeira/1999).

A interseção dos meios de comunicação com os representantes políticos nos dois lados sugere uma relação cíclica que poderia ser resumida na seguinte fórmula: a eleição de parlamentares comprometidos com a igreja pode servir para a expansão do controle do grupo religioso sobre os veículos de informação e tais veículos são estratégicos não só na conquista de votos para os candidatos em particular, mas principalmente, na ampliação da capacidade de influência da denominação na esfera pública. Reforçando essas duas estratégias de fortalecimento das igrejas pentecostais e neopentecostais citadas acima, identificamos os investimentos na ação social.⁸

As entidades religiosas sempre tiveram um papel importante no campo da assistência social e na organização da sociedade civil brasileira. No campo da filantropia as ordens religiosas católicas e os grupos espíritas há muito aparecem associados à fundação e manutenção de hospitais, creches, asilos e implementação de projetos de apoio aos grupos marginais e excluídos da assistência pública e continuam se destacando no trabalho social.

Só para ilustrar, uma pesquisa quantitativa realizada recentemente pelo Instituto Superior de Estudos da Religião, indica que entre as 3.132 organizações da sociedade civil identificadas na região metropolitana do Rio de Janeiro, 60% são igrejas ou entidades de caráter religioso. No segundo e terceiro lugar no ranking geral das instituições civis vêm as Associações de Moradores e as Organizações Não Governamentais com índices bem abaixo das instituições religiosas: 15,9% e 9,8% respectivamente. A novidade encontra-se no crescimento da participação dos evangélicos, que segundo a pesquisa já respondem pela maioria das entidades religiosas identificadas⁹, (Jornal O Globo, 30/04/2000). As denominações Batistas, a Assembléia de Deus e a Universal do Reino de Deus se destacam nesse universo com os maiores índices de instituições cadastradas.

⁷ O deputado estadual de São Paulo Waldemar Alves Faria Júnior (o candidato com maior votação na eleição de 1998).

⁸ Investigações recentes na Argentina sugerem que esta é uma tendência também em curso naquele país. (Wynarczyk, 1999; Miguez, 1999)

⁹ Uma pesquisa anterior, realizada pelo próprio ISER nos anos 90, demonstrava que a participação dos fiéis evangélicos do Rio de Janeiro em obras assistenciais (3%) era percentualmente inferior ao engajamento em sindicatos (10%) e associação de moradores (7%), mas superava a filiação aos partidos políticos (1%). Fernandes (1998, 120) Segundo Fernandes “comparando com o catolicismo ou com o espiritismo Kardecista, por exemplo, é notório que os evangélicos fazem muita igreja, mas pouca obra social. No entanto, se as obras são relativamente poucas, ainda assim encontramos um número expressivo de trabalho voluntário de assistência social entre os evangélicos”; 20% dos fiéis dedicam algum tempo de trabalho aos necessitados por semana, índice que sobe para 35% quando se observa as atividades mensais. As denominações Renovadas, Batista e Assembléia de Deus e as outras protestantes históricas destacam-se com um nível de serviços sociais voluntários acima da média mensal: 42%, 40%, 37% e 36%, respectivamente. Naquela ocasião, o percentual dos membros da IURD que desenvolvia alguma forma de ação social mensal era de 26%. (Fernandes, 1998, p. 50-51)

E aqui algumas questões importantes devem ser colocadas: Uma delas se refere à natureza das atividades desenvolvidas pelas entidades criadas por essas denominações; uma outra se refere ao impacto dessas atividades na sociedade civil e no próprio universo religioso. É conhecida a opção dos evangélicos do Brasil pela atuação na área de educação, mas pouco se sabe das iniciativas desses grupos na área da filantropia e/ou assistência social, especialmente nos anos recentes. Cecília Mariz (1994) menciona a ação dos Batistas entre os protestantes históricos e de algumas Assembléias de Deus que no universo pentecostal distribuíam alimentos entre as populações carentes do Rio de Janeiro e desenvolviam projetos para recuperação de alcoólatras e toxicômanos. Em minha pesquisa, além dessas ações sociais identifiquei a oferta de creches, cursos profissionalizantes e de alfabetização, bem como a distribuição de material de higiene nos presídios e hospitais.

Na segunda metade dos anos 90, contudo, uma série de reportagens na imprensa mostrava o engajamento de novos grupos evangélicos na área da assistência social. A “Fábrica Esperança” ligada à Igreja Presbiteriana Bethânia, do Pastor Caio Fábio e a já mencionada Associação Beneficente Cristã, da IURD, foram alguns dos projetos e entidades que conseguiram visibilidade nacional. Mas quero mencionar também a criação do Conselho Nacional de Assistência Social por parte das Igrejas da Assembléia de Deus e as alianças e parcerias políticas que algumas Igrejas estabeleceram com o poder público, permitindo que agentes religiosos assumissem postos-chaves nas agências governamentais. No Rio de Janeiro, por exemplo, pastores da IURD foram nomeados para a Secretaria Estadual do Trabalho (Aldir Cabral/Delegado da PF) e para a presidência da Fundação Leão XIII (Mário Luís). Essa inserção em áreas estratégicas do poder público regional gerou denúncias do uso da máquina do Estado para beneficiar fiéis da própria Igreja que estariam procurando um posto de trabalho e/ou recebendo remédios e alimentos da ABC, entidade que naquela ocasião atuava em parceria com a Fundação Leão XIII.

Na administração do Governador Anthony Garotinho, denúncias envolvendo novos atores sociais, indicam que as parcerias com os grupos evangélicos ampliaram significativamente e que o investimento das denominações na organização de instituições sociais é cada vez maior. O programa de renda mínima conhecido como “Cheque-cidadão” que se apóia em 280 entidades civis para o cadastramento das famílias e à distribuição do benefício, saiu das páginas políticas e ganhou as páginas policiais, com a prisão de um pastor e a denúncia do favorecimento dos evangélicos uma vez que mais de 3/4 das instituições são igrejas da tradição protestante. Até o momento foram citados nas matérias jornalísticas pastores das Igrejas Presbiteriana, Batista, Assembléia de Deus e Metodista Ortodoxa. Mas certamente outros grupos participam do programa.

No plano nacional da Igreja Universal do Reino de Deus, além da filantropia urbana foi criado também um tentáculo da ABC no meio rural com o Projeto Nordeste, implantado na Fazenda Canaã, em Irecê, Bahia. Segundo reportagem da Revista Mais Atual ((1):12-13, mar. 2000) pertencente à denominação, tal iniciati-

va visa à resolução de problemas oriundos da seca e da miséria local, através da criação de assentamentos comunitários agrícolas, investimentos em tecnologias de irrigação do solo e na educação e saúde, com abertura de escolas e postos de saúde. Na periferia das grandes cidades, a ABC também tenta ir além das atividades tradicionais de filantropia investindo na assistência jurídica gratuita, nos cursos profissionalizantes e no agenciamento de empregos. E mesmo que os responsáveis pela entidade relutem em revelar, órgãos do poder público e técnicos do governo são acionados pela ABC para viabilizar parte dessas iniciativas.

No caso dos cursos de capacitação¹⁰, percebe-se uma ênfase nas atividades ou ocupações que são desenvolvidas de forma autônoma, o que demonstra mais uma vez a afinidade das estratégias dessa denominação com os processos sociais em curso na sociedade brasileira. Afinal, se observarmos os setores que compõem a População Economicamente Ativa no Brasil, verificaremos que são justamente aqueles ligados ao mercado informal, ou seja, ao trabalho autônomo os que mais crescem na atualidade. Aqui a Teologia da Prosperidade se desdobra num estímulo ao “empreendedorismo” tão caro aos economistas neoliberais.

A atividade de agenciamento de mão de obra com a criação do Balcão ou Banco de Empregos também merece alguns comentários. De início, lembramos que num contexto de desemprego, flexibilização dos contratos e precarização das relações de trabalho, uma iniciativa dessa natureza parece mais do que oportuna para a atribuição de um caráter mais social às intervenções dessa igreja. Mas a forma de estruturação e atuação do Banco de empregos também nos ajuda a entender as conexões entre a entidade filantrópica e as diferentes instâncias do poder político regional¹¹. Um dos responsáveis pelo Banco na cidade do Rio de Janeiro, além de obreiro da IURD, atuou até bem pouco tempo como funcionário da Secretaria Estadual do Trabalho: é portanto, um profissional com conhecimento da máquina do estado e dos mecanismos de intermediação entre empresas e trabalhadores.

Mas quem são os que procuram o Balcão? Como ficaram sabendo dele? O que conseguiram? Segundo o coordenador do balcão de Benfica, em fevereiro do ano atual, cento e quinze (115) pessoas procuraram o Banco de Benfica, 15 foram encaminhados para as empresas cadastradas e dessas 12 foram empregadas. O curioso é que não existe no local nenhum cartaz ou folheto informando o agenciamento de emprego, o dia e o horário de atendimento. Alguns dos desempregados identificados no local disseram que foram orientados pelos pastores e/ou obreiras, mas que receberam tais recomendações em conversas ou atendimentos individuais. Outros dirigiram-se ao escritório em busca da Cesta Básica e acabaram tomando

¹⁰ Conseguimos identificar mais de vinte modalidades de cursos na cidade do Rio de Janeiro. Como exemplo podemos citar: técnica de congelamento de alimentos; perfumaria; informática; fotografia básica; corte e costura, etc.

¹¹ Os dados aqui contidos fazem parte da monografia “Pentecostalismo Empresarial: uma adequação da esfera religiosa ao capitalismo”, de autoria de Patrícia Pereira, aluna da UFRRJ e minha orientanda.

conhecimento do serviço oferecido. De qualquer modo, a divulgação dessa atividade social foi até o momento muito pequena no jornal *Folha Universal* e nos templos da capital.¹²

Embora o coordenador e os atendentes neguem qualquer forma de discriminação religiosa e não conste nenhuma pergunta sobre religião na ficha do cadastro, observou-se que a primeira questão feita aos interessados é “você é da igreja? Ou, ainda, você é cristão?”. Não tivemos acesso aos dados do próprio cadastro, mas as entrevistas com os responsáveis e com os políticos (vereadores e deputados estaduais) e a constatação da criação de centrais de emprego em gabinetes de alguns parlamentares, sugerem que o Banco de Emprego é uma forma da ABC e da Igreja responderem, ainda que de maneira pouco sistemática, às demandas daqueles que solicitam ajuda em função do desemprego.

Segundo os representantes políticos da IURD, a motivação mais freqüente daqueles que se dirigem aos seus gabinetes é justamente o pedido de emprego e por isso dispõem de funcionários para cadastrá-los e tentar achar um posto de trabalho junto a um empresário amigo ou encaminhá-los para as agências oficiais (SINE, Secretarias Estaduais e Municipais do Trabalho, etc.). Ainda que os políticos entrevistados avaliassem de forma positiva o Banco de Empregos da Igreja, não se percebeu nos gabinetes nenhum material de divulgação do serviço prestado pela ABC.

O vereador Aloísio de Freitas, membro da IURD e filiado ao PTB, revelou em entrevista que, contando atualmente com três vereadores, a liderança regional da denominação tem como meta a eleição de pelo menos cinco representantes na Câmara Municipal do Rio de Janeiro no pleito de 2000. Vários candidatos passaram pela ABC e desenvolveram atividades de assistência social, o que mostra a tradicional conexão da política com a filantropia. Através dos políticos simpatizantes ou filiados às igrejas, consegue-se convênios e/ou parcerias com órgãos governamentais que, com repasse de verbas ou envio de pessoal qualificado, possibilitam o trabalho social. E é através da participação nessas atividades assistencialistas que os líderes religiosos tornam-se mais conhecidos da população carente e se lançam na carreira política.

E aqui a mídia impressa e eletrônica assume um papel fundamental divulgando as atividades da ABC e dos candidatos políticos ligados à Igreja. Fotos de entrega das cestas básicas aos pobres da periferia das grandes cidades, onde os candidatos aparecem trajando camisetas e bonés com símbolos da ABC, são freqüentemente veiculadas no *Jornal Folha Universal* e nas *Revistas da Igreja*. Na televisão, matérias sobre as atividades da entidade servem quase sempre também para fixar o nome e a imagem daquele que será indicado pela hierarquia religiosa para a disputa política. Nessa indicação é claro, percebe-se uma grande valorização da passagem do pretendente pela administração da instituição social.

¹² Uma explicação possível é que se trata de uma iniciativa ainda em fase de implementação e, enfrentando dificuldades em se tornar reconhecida junto ao seu público alvo – os desempregados dos segmentos populares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse artigo procurei apontar algumas tendências em curso no campo confessional brasileiro, sugerindo que uma das consequências da competição religiosa e, mais precisamente, do esforço dos diferentes grupos em expandir a sua capacidade de influência na esfera pública, é a redução das distinções entre os pentecostais e neopentecostais. Assimilando algumas das estratégias traçadas pela Igreja Católica na busca de poder e legitimidade, os líderes da Assembléia de Deus e da IURD estão ampliando suas atividades para além da religião investindo no tripé: Mídia/Política/Filantropia.¹³ Os vultuosos investimentos na área da informação, o empenho na eleição de representantes dos grupos para os diversos níveis do poder político e a criação do Conselho Nacional de Assistência Social das Assembléias de Deus (CNAS) durante o ano de 1997, e bem na esteira das iniciativas da IURD através da ABC, são para nós alguns dos sinais dessa tendência de homogeneização do pentecostalismo brasileiro.

Certamente os desdobramentos da disputa religiosa não se restringirão ao meio pentecostal, ou mesmo à esfera de valores. Aos pesquisadores caberá a tarefa de investigar se essa maior participação dos grupos pentecostais na esfera pública brasileira beneficiará a população carente de onde sai a maior parte dos atores sociais que ocupam os bancos de suas igrejas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CASTRO, M. M. M. "Sujeito e estrutura no comportamento eleitoral". *REVISTA Brasileira de Ciências Sociais*, (20):26-30, jul. 1992.
- DINIZ, E. *Voto e máquina política: patronagem e clientelismo no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- DODSON, Michael. "Pentecostals, Politics, and Public Space in Latin America". In: CLEARY; STEWART-GAMBINO, H. *Power, Politics, and Pentecostals in Latin America*. Boulder-Colorado: WestviewPress, 1997.
- FERNANDES, R.C. *Novo nascimento*. Rio de Janeiro: ISER/Mauad, 1998.
- _____. "Governo das almas: as denominações evangélicas no Grande Rio". *REVISTA do Rio de Janeiro*, 1(2). 1994.
- FONSECA, A. B. "O poder eleitoral da mídia evangélica". *CONGRESSO da Associação Latino-Americana de Sociologia*, 21. São Paulo, setembro de 1997.
- FROEHLE, B. "Pentecostals and Evangelicals in Venezuela: Consolidating Gains, Moving in New Directions". In: CLEARY; STEWART-GAMBINO, H. *Power, Politics, and Pentecostals in Latin America*. Boulder-Colorado: WestviewPress, 1997.

¹³ Estudos recentes sobre o crescimento dos grupos evangélicos sugerem pontos de contato nas tendências em cursos em vários países da América Latina. Ver por exemplo, Wilson (1997), Williams (1997), Dodson (1997), Sepulveda (1997) e Stewart-Gambino & Wilson (1997).

- GIDDENS, A. *Para além da esquerda e da direita*. Oeiras: Celta, 1997.
- IRELAND, R. "Pentecostalism Conversions, and Politics In Brazil". In: CLEARY; STEWART-GAMBINO, H. *Power, Politics, and Pentecostals in Latin America*. Boulder-Colorado: Westview-Press, 1997.
- KUSCHINIR, Karina. *Política e mediação cultural: um estudo na Câmara Municipal do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: PPGAS/MN/UFRJ, 1993. Dissertação de Mestrado.
- MACHADO, M.D.C. *Do púlpito à mídia*. Relatório de Pesquisa apresentado ao CNPq, 1999.
- _____. "Competição religiosa e seus efeitos no pentecostalismo brasileiro". ENCONTRO Anual da ANPOCS, 23. GT Religião e Sociedade. Caxambu, 1998.
- MAFRA, C. *Na posse da palavra: religião, conversão e liberdade pessoal em dois contextos nacionais*. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1999. Tese de Doutorado em Antropologia Social.
- MARIANO, R. *Neopentecostalismo: os pentecostais estão mudando*. São Paulo: USP, 1995. Dissertação de Mestrado.
- MARIZ, C.L. "A teologia da batalha espiritual: uma revisão bibliográfica". REVISTA Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais, (47), 1999.
- _____. *Coping with poverty*. Philadelphia: Temple University Press, 1994.
- MAROSTICA, Matt. "La nueva política evangélica: el movimiento evangélico y el complot católico em la Argentina". JORNADAS sobre Alternativas Religiosas na América Latina, 9. Rio de Janeiro, setembro, 1999.
- MIGUÉZ, Daniel. "Conversiones religiosas, conversiones seculares: comparando las estrategias de transformación de identidad en programas de minoridad e iglesias pentecostales". JORNADAS sobre Alternativas Religiosas na América Latina, 9. Rio de Janeiro, setembro, 1999.
- MONTEIRO, Cláudia Regina Tenório. *As representações da pobreza e práticas de assistência entre pentecostais: o caso da Assembleia de Deus*. Rio de Janeiro: PUC, 1999. Dissertação de Mestrado.
- PALMEIRA, M. "Voto: racionalidade ou significado?". REVISTA Brasileira de Ciências Sociais, (20):26-30, jul. 1992.
- PIERUCCI, A.F. "Representantes de Deus em Brasília: a bancada evangélica na Constituinte". CIÊNCIAS Sociais Hoje, 1989.
- PIERUCCI, A.; PRANDI, R. "Religiões e voto no Brasil: a eleição presidencial de 1994". In: — *A realidade social das religiões no Brasil: religião, sociedade e política*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- PIQUET, Leandro. "Cultura cívica e participação política entre evangélicos". In: FERNANDES, R.C. *Novo nascimento*. Rio de Janeiro: ISER/Mauad, 1998.
- SEMÁN, Pablo. "La recepción de la teología de la prosperidad". REUNIÓN Anual da ANPOCS, 22. GT Religião e Sociedade. Caxambu, 1998.
- SEPULVEDA, J. "Chilean Pentecostalism: Coming of Age" In: CLEARY; STEWART-GAMBINO, H. *Power, Politics, and Pentecostals in Latin America*. Boulder-Colorado: WestviewPress, 1997.
- STEWART-GAMBINO, H.; Wilson. "Latin American Pentecostals: Old Stereotypes and New Challenges". In: CLEARY; STEWART-GAMBINO, H. *Power, Politics, and Pentecostals in Latin America*. Boulder-Colorado: WestviewPress, 1997.
- WILLIAMS, P.J. "The Sound of Tambourines: The Politics Of Pentecostal Growth in El Salvador". In: CLEARY; STEWART-GAMBINO, H. *Power, Politics, and Pentecostals in Latin America*. Boulder-Colorado: WestviewPress, 1997.
- WILSON, E. "Guatemalan Pentecostals: something of their Own". In: CLEARY; STEWART-GAMBINO, H. *Power, Politics, and Pentecostals in Latin America*. Boulder-Colorado: WestviewPress, 1997.

WYNARCZYK, H. "Evangélicos y política em la Argentina". JORNADAS sobre Alternativas Religiosas na América Latina, 9. Rio de Janeiro, setembro, 1999.

ZIZEK, Slavoj. *Eles não sabem o que fazem*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.

BEYOND RELIGION

Abstract: Since the 90's researches have indicated significant changes in Pentecostal movements taking place in our societies. The flexibilization of customary behavior and moral standards, the development of new strategies in recruiting followers, the increasing investment in media as well as the increasing participation of Pentecostals and Neo-Pentecostals in formal political arenas are among the various tendencies that have been identified by researchers. In this paper I address the issues concerned to the connections and articulations between the tendencies related to media and politics, and also point out that philanthropy constitutes a new arm in Pentecostal organizations which enlarges their capacity of influencing Brazilian public spheres.

Keywords: media, religion, politics